



**BOLETIM
INFORMATIVO**
**PROCURADORIA-GERAL DO
ESTADO DO PARÁ**

ESAP@PGE.PA.GOV.BR

(91) 3344 - 2771

R. dos Tamoios, 1671 - Batista Campos,
Belém/PA.

EDITORIAL

Durante o mês de maio a Escola Superior de Advocacia Pública (ESAP) desta Procuradoria-Geral do Estado (PGE) realizou importantes eventos.

No dia 23 houve o treinamento “Biblioteca Digital da Revista dos Tribunais” direcionado aos servidores desta Procuradoria que utilizam a plataforma para pesquisa de periódicos, legislação e jurisprudência. Ocorreu de forma online e foi conduzido pela equipe da RT.



Treinamento BIBLIOTECA DIGITAL DA REVISTA DOS TRIBUNAIS - RTO

23/05/2023
14:30h às 15:30h
Evento online via teams

Público alvo: Servidores da PGE que utilizam a Plataforma digital da Revista dos Tribunais
Instrutores: Especialistas da Revista dos Tribunais

ESAP PGE GOVERNO DO PARÁ



FERRAMENTAS DE PESQUISA JURÍDICA NA ÁREA CONSULTIVA

23/05/2023
Das 9h às 11h
Auditório da PGE

Formato: Híbrido
Instrutores: Equipe do Núcleo de Pesquisa Jurídica - PCOM/PGOV
Público-alvo: servidores da PGE e jurídicos da Administração Estadual Direta e Indireta

ESAP PGE GOVERNO DO PARÁ

Ainda no dia 23, aconteceu no auditório-sede da PGE o curso "Ferramentas de Pesquisa Jurídica na Área Consultiva". O evento foi destinado a servidores da PGE e ao setor jurídico dos órgãos da Administração Estadual Direta e Indireta.

O evento ocorreu também no formato online. Foram emitidos certificados de participação.

No dia 24 ocorreu novo treinamento referente à Biblioteca Digital da Revista dos Tribunais. Desta vez, o evento teve como objetivo orientar os usuários para melhor pesquisa e acesso aos livros disponibilizados na plataforma da RT.

Transmitido via Teams, o curso contou com expressiva participação dos servidores desta Procuradoria.

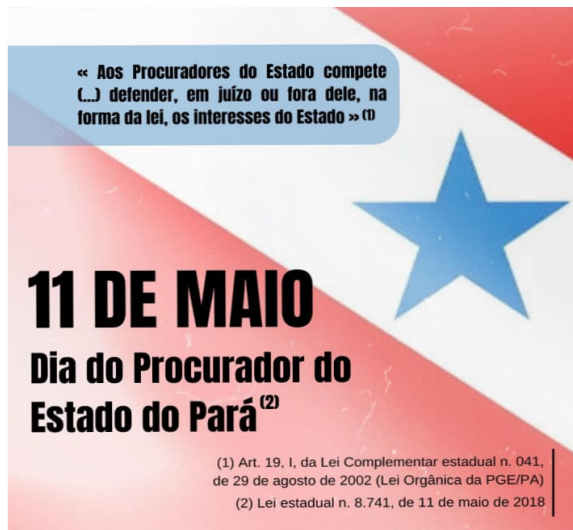


Treinamento BIBLIOTECA DIGITAL DA REVISTA DOS TRIBUNAIS

24/05/2023
14:30h às 16:00h
Evento online via teams

Público alvo: Servidores da PGE que utilizam a Plataforma digital da Revista dos Tribunais
Instrutores: Especialistas da Revista dos Tribunais

ESAP PGE GOVERNO DO PARÁ



Foi celebrado no dia 11 de Maio o dia do Procurador do Estado do Pará. Data especial e comemorativa atribuída aos que são responsáveis pela defesa dos interesses do nosso Estado.

Parabenizamos a todos os Procuradores de Estado pelo seu dia.



Neste mês também comemora-se o Dia das Mães. Elas que são sinônimo de amor, carinho e cuidado merecem todas as homenagens. A ESAP deseja felicidade e muita saúde a todas as mães!

Ainda neste mês, a ESAP recebeu dois novos periódicos para compor o acervo de sua biblioteca: A “Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro”, em sua Edição Especial (2022). E a [“Revista de Informação Legislativa do Senado Federal”](#), em sua versão 2023. A ESAP agradece as doações.



Em matéria de Legislação Estadual, destaque para a Lei nº 9.899/2023 dispõe sobre a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SEAF), órgão da administração direta, vinculada ao Governador do Estado, que tem por missão promover o desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar e do pequeno produtor rural e das comunidades tradicionais no Estado do Pará,

A Lei nº 9.905/2023 estabelece a obrigatoriedade de inserção, nas placas de atendimento prioritário dos órgãos da administração pública do Estado do Pará, do símbolo mundial da conscientização do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Através da Lei nº 9.932/2023 ficou instituído o Projeto “Preservação da Vida”, estabelecendo que durante o mês de setembro serão fixadas placas na cor amarela nas escolas públicas e privadas, informando meios para ajudar e instruir de forma positiva pessoas que sofrem de depressão, com a finalidade de valorizar a vida e diminuir o índice de suicídios no Estado do Pará.

Em sequência, a Lei nº 9.933/2023 dispõe sobre a “Política Estadual de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtornos Mentais e Sofrimento Psíquico”, que visa garantir os direitos e a proteção das pessoas com transtorno mental, consubstanciados nos princípios constitucionais que regem os direitos individuais, coletivos e sociais, e em consonância com a legislação e as normatizações do Sistema Único de Saúde e da Lei Federal nº 10.216, de 2001.

No âmbito dos normativos relacionados a esta Procuradoria-Geral, destaque para a Resolução nº 001/2023 da Corregedoria, publicada no DOE nº 35.412, de 25 de maio de 2023, que reitera a obrigatoriedade de utilização do Webmail Zimbra - PRODEPA por Procuradores da instituição, para a comunicação interna e externa relativa aos assuntos institucionais, com o intuito de divulgar, controlar e uniformizar as informações no ambiente desta casa, bem como favorecer a integração desta Procuradoria com os demais órgãos do Governo do Estado do Pará.

Em âmbito Federal, ressaltamos a Lei nº 14.568, de 4 de maio de 2023, que Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, a fim de possibilitar que recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) sejam utilizados para estimular a participação de artistas locais e regionais em projetos de instituições públicas de educação básica e de entidades sem fins lucrativos e para incluir a música regional entre os segmentos atendidos por doações e patrocínios à produção cultural.

Ênfase também à Lei nº 14.572, de 8 de maio de 2023, que institui a Política Nacional de Saúde Bucal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para incluir a saúde bucal no campo de atuação do SUS.

Importante destacar, ainda, o Decreto nº 11.527, de 16 de maio de 2023, que altera o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

Entre as jurisprudências deste mês, especial atenção a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 495/PI, de relatoria da Ministra Cármen Lúcia.

Na decisão o Supremo julgou, por unanimidade, procedente o pedido formulado para declarar a inconstitucionalidade das decisões do Poder Judiciário do Piauí que reconheceram o direito adquirido à forma de cálculo do adicional por tempo de serviço dos servidores públicos estaduais vinculado ao valor atual da remuneração.

JURISPRUDÊNCIA



Outra decisão relevante foi proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 70047/AL, tendo como relator o Ministro Luís Roberto Barroso, na qual foi reconhecida a inconstitucionalidade de lei estadual que autoriza a seus órgãos de segurança pública a alienação de armas de fogo a seus integrantes, por meio de venda direta. Em sede de decisão, declarou-se inconstitucional a Lei nº 8.413/2021 do Estado de Alagoas, visto que figurava violação à competência privativa da União para legislar sobre material bélico e para editar normas gerais sobre licitações e contratos.

Este mês foram abertas inscrições para dois processos seletivos para programas de estágio na PGE.

Em 17 de maio de 2023 foi publicado no DOE nº 35.401 o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 02/2023 de Candidatos ao 1º Programa de Estágio em Pós-Graduação, lato e stricto sensu, na área do Direito. Estão autorizados a participar do certame somente alunos graduados em Direito, regularmente matriculados e com frequência efetiva em cursos de pós-graduação nas modalidades lato ou stricto sensu.

Outro processo seletivo em destaque trata-se do 12º Processo Seletivo Público para Formação do Quadro de Reserva de Estagiários de Nível Superior da Procuradoria-Geral, abrangendo as áreas de Direito, Informática, Administração, Ciências Contábeis e Biblioteconomia (Extrato publicado no DOE nº 35.414, de 26 de maio de 2023).

Boa Leitura!

SUMÁRIO

1 EDITORIAL	1
2 TEMAS	6
2.1 CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO	6
2.2 FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO	6
2.3 DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO	7
2.4 CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	7
2.5 TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO	8
3 JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA	9
4 EMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO	13
5 DESTAQUES JURÍDICOS ESAP 2023	13
6 ACERVO DIGITAL ESAP	14
7 BIBLIOTECAS DIGITAIS	14
8 EVENTOS E CURSOS INTERNOS	16
9 EVENTOS E CURSOS EXTERNOS	16

TEMAS

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

[A DEFERÊNCIA JUDICIAL REDIMIDA*](#) [THE REEDEMED JUDICIAL DEFERENCE](#)

Henrique Ribeiro Cardoso
Mateus Levi Fontes Santos

[A NOVA LEI GERAL DE LICITAÇÕES E OS TRIBUNAIS DE CONTAS BRASILEIROS: NOTAS SOBRE AS INOVAÇÕES E OS APERFEIÇOAMENTOS NO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS](#)

Leandro Maciel Nascimento

[CONSIDERAÇÕES HERMENÊUTICAS SOBRE O REGIME PRESCRICIONAL NA LEI ANTICORRUPÇÃO](#)

Omar Abreu Bacha

[DIREITO ADMINISTRATIVO, GARANTISMO DEMOCRÁTICO E EFICIÊNCIA: A BUSCA DO EQUILÍBRIO NECESSÁRIO](#)

Robertonio Santos Pessoa

FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO

[A INAPLICABILIDADE DA TRAVA DOS 30% NA EXTINÇÃO DA PESSOA JURÍDICA](#)

Sandro Miguel Siqueira da Silva Júnior

[QUAL TAXAR USAR PARA REMUNERAR COMPENSAÇÕES A PRAZO DE DESEQUILÍBROS ECONÔMICOS-FINANCEIROS EM CONCESSÕES? ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DA TAXA INTERNA DO AÇIONISTA E SUAS DIFICULDADES.](#)

Gianne Glória Lima Ferreira

[ANTISTRUTE SOB A ÓTICA CONSTITUCIONAL - UM ESTUDO DE CASO SOBRE A OI E A RELEVÂNCIA DE UM SETOR DE TELECOM NACIONAL PRÓPRIO.](#)

Gustavo Diniz

[CONSIDERAÇÕES ACERCA DA NOVA PROPOSTA DE FAIXA DE ISENÇÃO DO IRPF - ANO-EXERCÍCIO 2024](#)

Juarez Domingues Carneiro

*Amanda Maciel Carneiro
Fabiano Maury Raupp*

DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO

CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DO PLANEJAMENTO URBANO SOBRE O USO DOS RECURSOS DA CFEM EM CANAÃ DOS CARAJÁS, EM 2021

Sandro Júnior do Carmo Alves

A LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA E A INDENIZAÇÃO POR DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E DE RESERVA LEGAL

Blader Henrique de Lira Soares

Victor Costa Campelo

O ESTADO DE COISAS ECOINCONSTITUCIONAIS E TODOS OS MITOS DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO

Georges Louis Hage Humbert

TREDESTINAÇÃO E OMISSÃO À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: ALGUMAS NOÇÕES BÁSICAS E REFLEXÕES IMPORTANTES

Gabriel Gomes da Luz

Matheus Oliveira Maia

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

A LEGITIMIDADE ATIVA DA FAZENDA PÚBLICA NA FALÊNCIA

Gabriel Gomes da Luz

Rodrigo Almeida Magalhães

A SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE CONFLITOS NA PERSPECTIVA DO ACESSO À JUSTIÇA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA RESOLUÇÃO Nº 125/2010 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Ricardo Goretti

Fabiana Aurich

ALOCAÇÃO DE RISCOS E BOA-FÉ QUALIFICADA NOS CONTRATOS DE PLANOS DE SAÚDE

Carlos Márcio Gomes Avelino

Gabriel Rocha Furtado

OS DISCURSOS DAS DECISÕES JUDICIAIS

Felipe Bizinoto Soares de Pádua

TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO

A AUTOMATIZAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO E A SUA (IN)COMPATIBILIZAÇÃO COM A CLÁUSULA GERAL DA PERSONALIDADE

Dirceu Pereira Siqueira

Deomar Adriano Gmach

ANÁLISE PRÁTICA DA APLICAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES DE EMPREGO SOB UM PRISMA AXIOLÓGICO, DIALÉTICO E INTEGRATIVO DO ORDENAMENTO: O TRABALHO COMO VALOR E UM DIREITO SOCIAL.

Simone Cruxên Gonçalves

APONTAMENTOS SOBRE O VALOR DA CAUSA E O VALOR DA CONDENAÇÃO NOS CASOS DE PRESTAÇÕES DE TRATO SUCESSIVO PLEITEADAS NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

Flávio da Silva Andrade

O COMPLIANCE COMO FERRAMENTA PARA A PREVENÇÃO DE CONFLITOS E MITIGAÇÃO DO PASSIVO TRABALHISTA

Fernanda Carvalho Tolentino

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

“ AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO
1.415.979

Órgão Julgador: Supremo Tribunal Federal

Relator: Alexandre de Moraes

Tema: Direito Constitucional

STF

A responsabilidade solidária dos entes federativos pela promoção das políticas públicas relativas à saúde não afasta os critérios de hierarquização e descentralização das ações sanitárias, desse modo, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro. Diante disso, o Supremo Tribunal Federal, com base no art. 21, § 1º, do seu Regimento Interno, conheceu do Agravo e deu provimento AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, para julgar improcedente o pedido em relação ao ESTADO DE ALAGOAS, cabendo à UNIÃO, exclusivamente, a responsabilidade pelo fornecimento do medicamento postulado, bem como o ressarcimento dos valores despendidos pelo ESTADO DE ALAGOAS.



ADI 70047/AL

Órgão Julgador: Supremo Tribunal Federal

Relator: Ministro Roberto Barroso

Tema: Direito Constitucional e Administrativo.

STF

O O Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, reconheceu a inconstitucionalidade de lei estadual que autoriza a seus órgãos de segurança pública a alienação de armas de fogo a seus integrantes, por meio de venda direta.

Em sede de decisão, declarou-se inconstitucional a Lei nº 8.413/2021 do Estado de Alagoas, visto que figurava violação à competência privativa da União para legislar sobre material bélico e para editar normas gerais sobre licitações e contratos (CF/1988. Art.22, XXI e CF/1988, art.37, XXVII).

“ **Recurso Especial Nº 1.993.202 - MT**
Órgão Julgador: Superior Tribunal de Justiça
Relator: Ministra Nancy Andrighi
Tema: Direito Processual Civil

STJ

A inércia do devedor quanto a eventual erro ou excesso nos cálculos elaborados por meio do credor não pode impedir o cumprimento de sentença, haja vista que a ele, mediante impugnação, cabe o ônus de prova. Logo, diante dessa ausência, há presunção de veracidade dos cálculos dos credores em ações nas quais o devedor não apresentou os documentos exigidos. A decisão motiva-se em razão do princípio geral do direito de que “a ninguém é dado beneficiar-se da própria torpeza”, afirmou a relatora do recurso, ministra Nancy Andrighi. Assim, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conheceu em parte do recurso especial e, nessa extensão, deu-lhe parcial provimento, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

“

ADPF 495/PI

Órgão Julgador: Supremo Tribunal Federal

Relator: Ministra Cármen Lúcia

Tema: Direito Administrativo

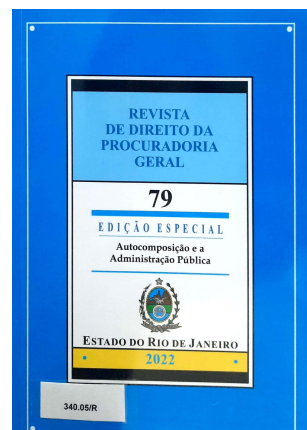
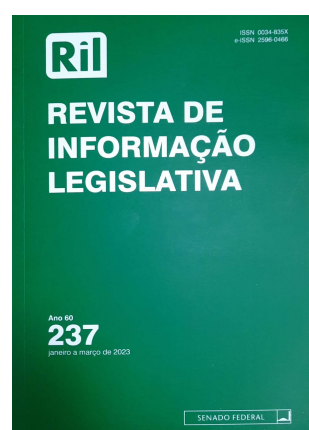
STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) por unanimidade, reconsiderou a decisão agravada, julgou prejudicado o agravo regimental interposto, conheceu da arguição de descumprimento de preceito fundamental, e julgou procedente o pedido formulado para declarar a inconstitucionalidade das decisões do Poder Judiciário do Piauí que reconheceram o direito adquirido à forma de cálculo do adicional por tempo de serviço dos servidores públicos estaduais vinculado ao valor atual da remuneração.

EMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO - MÊS DE MAIO

LEGISLAÇÃO NACIONAL - MAIO	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM
LEGISLAÇÃO ESTADUAL - MAIO	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM
LEGISLAÇÃO PGE/PA - MAIO	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM
EMENTÁRIO DE PARECERES E MANIFESTAÇÕES – MAIO	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM

DESTAQUES JURÍDICOS ESAP - 2023



ACERVO DIGITAL ESAP

➤ [LIVROS](#)

➤ [PERIÓDICOS](#)

➤ [ARTIGOS](#)

BIBLIOTECAS DIGITAIS

[PLATAFORMA FÓRUM DE CONHECIMENTO](#)

- Periódicos; Livros Eletrônicos



[BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW](#)

- Livros Eletrônicos



REVISTAS DOS TRIBUNAIS ONLINE

- Periódicos; Doutrinas; Jurisprudências

REVISTA DOS TRIBUNAIS
ONLINE®

LEX EDITORA

- Periódicos; Legislações; Doutrinas

LEX
EDITORA

Produtos Jurídicos

Confiança e Tradição

ZÊNITE

- Periódicos; Legislações; Doutrinas.



ZENITE

EVENTOS E CURSOS INTERNOS

EVENTO	MODALIDADE	DATA	ORGANIZADOR
MEDITAÇÃO	PRESENCIAL	01,08,15, 22 e 29/06/2023	ESAP
<u>SEMINÁRIO DE DIREITO AMBIENTAL - CONSTRUINDO CAMINHOS SUSTENTÁVEIS</u>	HÍBRIDO	05/06/2023	ESAP

EVENTOS E CURSOS EXTERNOS

EVENTO	MODO	DATA	ORGANIZADOR	LINK
ALTERAÇÕES E ADITIVOS AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - PARALELO DA LEI Nº 8.666/1993 E DA LEI Nº 14.133/2021	ONLINE	12 A 16/06/2023	ZÊNITE	CLIQUE AQUI
SEMINÁRIO NACIONAL: ADVOGADOS PÚBLICOS E A NOVA LEI DE LICITAÇÕES	PRESENCIAL	19 A 21/06/2023	ZÊNITE	CLIQUE AQUI
PREGÃO ELETRÔNICO+SRP+CONTRATAÇÃO O DIRETA-TEMAS APLICADOS EM DESTAQUE NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES	ONLINE	03 A 07/07/2023	ZÊNITE	CLIQUE AQUI
SEMINÁRIO NACIONAL: TEMAS EM DESTAQUE E IMPACTOS PRÁTICOS PARA A APLICAÇÃO IMEDIATA DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES	PRESENCIAL	24 A 26/07/2023	ZÊNITE	CLIQUE AQUI

6º ENCONTRO NACIONAL DAS ESTATAIS	PRESENCIAL	23 A 25/08/2023	ZÊNITE	CLIQUE AQUI
37º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	PRESENCIAL	26 A 28/09/2023	IBDA	CLIQUE AQUI
49º CONGRESSO NACIONAL DOS PROCURADORES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL	PRESENCIAL	06 a 09/11/2023	ANAPE	CLIQUE AQUI
XI CONGRESSO INTERCONTINENTAL DE DERECHO CIVIL	HÍBRIDO	16 E 17/11/2023	UNIVERSIDA DE DE SALAMANCA	CLIQUE AQUI
PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO FÓRUM	ONLINE	ABRIL A DEZEMBRO DE 2023	FÓRUM	CLIQUE AQUI

Para outros eventos e cursos acessar na rede a pasta virtual da ESAP



Expediente:

Responsáveis pelo Boletim: Gabriella Dinelly Rabelo Mareco, Alessandra Maria Mendonça de Oliveira, Carla Blanco Rendeiro e Tássio Guimarães Senger.

Apoio:

Ana Margarida Vianna, Ellen Cristina, Fernanda dos Santos, Camilly Ribeiro, Marcíria de Almeida, Paula Silveira e Matheus de Alcantara.

Fechamento desta edição: 31/05/2023